



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

Contrato Nº 233/2022 - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/DCC

**CONCORRÊNCIA Nº 8/2021
PROCESSO 21.0.000005986-0**

**CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
TOCANTINS E A EMPRESA MENEZES IND. E
COM. LTDA - ME.**

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, centro, em Palmas/TO, neste ato representado por seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador **JOÃO RIGO GUIMARÃES**, brasileiro, portador do RG nº 3XX.XX1 - SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 056.XXX.XXX-53, residente e domiciliado nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **MENEZES IND. E COM. LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.610.901/0001-68, com sede na Quadra 412 Norte Alameda 04 QI 05 Lote 19, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **PEDRO HENRIQUE TELES DE MENEZES**, brasileiro, portador do RG nº 9XX.XX5 - SSP/TO, inscrito no CPF/MF sob o nº 026.XXX.XXX-32, têm entre si, justo e avençado o presente Contrato, observadas as disposições da Lei nº. 8.666/1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

- 1.1. O presente Instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada em engenharia para execução de serviços de reforma do Fórum da Comarca de Porto Nacional.
- 1.2. A contratação citada na subcláusula 1.1 obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como as especificações técnicas, forma de execução/entrega e as disposições dos documentos adiante enumerados, constantes do Processo Administrativo do 21.0.000005986-0, do **CONTRATANTE**, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste, no que não o contrariarem. São eles:
 - 1.2.1. O Edital da Concorrência nº 8/2021, do **CONTRATANTE** e seus Anexos; e
 - 1.2.2. A proposta de preços e documentos que o acompanham, firmada pela **CONTRATADA** em 23 de maio 2022.
- 1.3. A contratação objeto deste contrato foi realizada por meio de procedimento licitatório, de acordo com o disposto na Lei 8.666/1993, sob a modalidade de Concorrência, conforme Edital e Processo Administrativo acima citados.
- 1.4. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos que se fizerem necessários até o limite de 50% (cinquenta por cento) e as supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 1.5. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões que poderão exceder os limites legais, quando acordadas entre as Partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. A reforma objeto deste Contrato se dará em regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993, bem como em atendimento ao item 9.1.4 do Acórdão 1977/13 – TCU.

2.2. A CONTRATADA deverá executar a reforma, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações contidas neste Instrumento e no Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO INÍCIO, PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1. O início dos trabalhos deverá ocorrer imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço. O prazo total para execução dos trabalhos é de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, e ainda, se tiverem sido atendidas todas as exigências da fiscalização referente a defeitos e imperfeições que venham a ser verificadas, cuja regularização deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias após a comunicação do fato.

3.2. O prazo de execução dos serviços apenas poderá ser prorrogado em caso de motivo justo, a critério do CONTRATANTE, desde que a prorrogação seja solicitada por escrito, pela CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/1993.

3.3. O pedido de prorrogação deverá vir acompanhado de novo cronograma físico financeiro, relação dos dias, justificativa da impossibilidade de execução dos serviços e comprovação dos motivos que o fundamentem.

3.4. A reforma deverá ser executada no fórum da Comarca de Porto Nacional/TO, situado na Área do Centro Olímpico Ademar Ferreira da Silva, s/nº - Anel Viário, Centro, Porto Nacional/TO, sempre em dias úteis e em horário de expediente no Fórum (08:00h às 11:00h / 13:00h às 18:00h), conforme descrições estabelecidas nos anexos do Projeto Básico.

3.5. O edifício no qual será executado os serviços conta com Certidão de Inteiro Teor, expedida pelo cartório de registro de imóveis de Porto Nacional, lavrada em 02/10/2018, matrícula nº 52.041, do Livro 02, de Registro Geral, extraída por meio reprográfico nos termos do Art. 19, inciso 1, da Lei 6.015 de 1973 e Art. 41 da Lei 8.935 de 18/11/1994, e está conforme o original IMÓVEL, anexa ao Projeto Básico.

3.6. Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas técnicas pertinentes e especificações deste Instrumento, em conformidade com o Edital de licitação e seus Anexos.

3.7. Todos os materiais a serem utilizados serão de primeira qualidade, novo se totalmente fornecidos pela contratada, devendo estar em conformidade com as normas da ABNT, INMETRO e de acordo com as especificações técnicas dos projetos. As tintas deverão atender as normatizações da ABNT.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO:

4.1. Termo de Recebimento Provisório - O recebimento provisório ocorrerá quando a obra ficar inteiramente concluída. O Termo de Recebimento Provisório será elaborado pela fiscalização do Contrato e da obra, o qual será assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias após o comunicado formal da CONTRATADA.

4.2. Termo de Recebimento Definitivo - O termo será lavrado pela comissão de fiscalização, formada pelo gestor do Contrato, engenheiro e/ou arquitetos da Diretoria de Obras e o Diretor Administrativo ou servidor por ele designado. O Recebimento definitivo da obra ocorrerá em até 30 (trinta) dias depois de expedido o termo de recebimento provisório, item 4.1, e certificado que foram atendidas todas as exigências da fiscalização referentes a defeitos e imperfeições que venham a ser verificadas, cuja regularização deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a comunicação do fato.

4.2.1. O termo de recebimento definitivo será entregue somente depois de cumpridas todas as exigências contratuais, não havendo mais nenhuma obrigação por parte da CONTRATADA, com relação à execução dos serviços objetos do Contrato.

4.3. Os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da obra deverão estar de acordo com o art. 73, I, letras “a e b”, da Lei nº 8.666/1993, cujas emissões não isentam a CONTRATADA de suas responsabilidades pela qualidade e garantia da obra.

4.4. O recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade cível pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

4.5. Para expedição do Termo de Recebimento Definitivo a CONTRATADA deverá em conjunto com a Administração Pública, providenciar a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto:

4.5.1. "As *Built*" da obra, elaborado pelo responsável por sua execução;

4.5.2. Comprovação das ligações definitivas de energia, água e telefone estão devidamente quitadas, objetivando que o contratante providencie a transferência de titularidade das mesmas;

4.5.3. Certidão negativa de débitos previdenciários específica, para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA:

5.1. A CONTRATADA deverá oferecer garantia na execução dos serviços e se responsabilizará pelo prazo legal de garantia de 5 (cinco) anos pela solidez e segurança do trabalho realizado, bem como por eventuais vícios ocultos, conforme art. 618 do Código Civil, contado da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO da reforma, objeto desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

6.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, em conformidade com o artigo 56 da Lei nº. 8.666/1993, no prazo de 10 (dez) dias úteis após assinatura do Contrato.

6.2. A Ordem de Serviço será emitida após apresentação da garantia contratual.

6.3. Caberá a CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

6.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

6.3.2. Seguro-garantia;

6.3.3. Fiança bancária.

6.4. A garantia prevista no item 6.3, subitens “6.3.1.”, “6.3.2.” e “6.3.3.” deverá ter validade 3 (três) meses após o término da vigência contratual e somente será liberada ou restituída, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, depois de expirado o prazo de vigência do contrato, ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes do contrato. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do 2º (segundo) mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento das verbas trabalhistas pendentes.

6.5. A garantia apresentada pela CONTRATADA assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;
- b) Multas punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA;
- c) Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

6.6. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução do Contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

6.7. Em caso de aditamento, alteração do valor, ou em casos que ocorra a redução do valor da garantia em razão de aplicação de qualquer penalidade, fica obrigada a CONTRATADA a apresentar garantia suplementar ou substituí-la, no mesmo percentual e modalidades estipuladas nesta Cláusula.

6.8. No caso de prorrogação do prazo contratual, após a assinatura do termo aditivo de prorrogação a CONTRATADA deverá apresentar nova garantia, no prazo de 10 (dez) dias, sendo liberada a garantia anterior, após a apresentação de nova garantia.

6.9. Na hipótese do CONTRATANTE evidenciar qualquer impropriedade ou incorreção quanto à prestação ou validade da garantia, este exigirá sua regularização ou substituição, a qual deverá ser providenciada pela CONTRATADA no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação.

6.10. Em caso de descumprimento das disposições acima, ou seja, prestação, regularização ou complementação da garantia, a CONTRATADA sujeitará as penalidades previstas neste Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR:

7.1. O valor global do presente Instrumento fica ajustado em **R\$ 2.560.992,96 (dois milhões, quinhentos e sessenta mil novecentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos)**, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. A despesa com a execução do objeto deste Contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada:

Unidade Gestora: 060100 - Funjuris

Classificação Orçamentária: 06010.02.061.1145.3067

Natureza da Despesa: 44.90.51

Fonte do Recurso: 2760

8.2. As despesas inerentes à execução deste Contrato serão liquidadas por meio da Nota de Empenho que será emitida à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

8.3. A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal em observância à unidade gestora emissora da nota de empenho que albergou a contratação:

8.3.1. Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris.

CNPJ/MF: 03.173.154/0001-73

Praça dos Girassóis, S/Nº. - Centro

CEP: 77.015-007

Palmas/TO.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO:

9.1. Após aprovada a medição pela Fiscalização e para que o CONTRATANTE possa efetuar o devido pagamento, nos termos do Edital e deste Contrato, deverá a CONTRATADA emitir e apresentar a respectiva nota fiscal acompanhada da comprovação de sua regularidade fiscal, sem prejuízo de serem solicitados pelo CONTRATANTE os documentos comprobatórios das obrigações inerentes à folha de pagamento da CONTRATADA.

9.2. O pagamento relativo à prestação dos serviços realizados dar-se-á ao final de cada etapa, após a conclusão, pela CONTRATADA, e respectiva aprovação pelo CONTRATANTE, nas proporções do valor total do contrato e de acordo com o cronograma físico-financeiro.

9.3. O pagamento devido será efetuado mensalmente através de ordem bancária, até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento da nota fiscal do CONTRATANTE, desde que o serviço esteja em conformidade com as exigências contratuais e que não haja impeditivo imputável à CONTRATADA.

9.4. As notas fiscais apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Contrato e no Projeto Básico e na nota de empenho ou quando observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à CONTRATADA e nesse caso o prazo previsto nesta Cláusula, item 9.3, será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

9.5. A nota fiscal será paga somente após o “Atesto” do fiscal da obra, bem como o de acordo do(a) Diretor(a) de Infraestrutura e Obras, assegurando que os serviços prestados estão de acordo com as exigências contidas no Edital e desde que a CONTRATADA comprove sua regularidade fiscal.

9.6. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA.

9.7. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, no prazo previsto no item anterior, em conta corrente da CONTRATADA: **Banco: Santander, Agência nº 3932, Conta Corrente 13.000401-0**, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido a CONTRATADA, devendo apresentar ainda, caso estejam vencidas:

9.7.1. Certidão de Débitos Previdenciários, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, comprovando a regularidade da CONTRATADA no tocante à seguridade social;

9.7.2. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;

9.7.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

9.7.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; e

9.7.5. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.

9.8. Caso ocorra atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGPD/DI), coluna 2, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

9.9. Todos os atos inerentes ao presente processo obedecerão às regras concernentes ao Sistema de Eletrônico de Informação do CONTRATANTE.

Parágrafo único - Somente depois de cumpridas todas as exigências contratuais e não havendo mais nenhuma obrigação por parte da CONTRATADA, com relação à execução dos serviços objeto deste Contrato, deverá ser liberada a última parcela do pagamento, correspondente até 15% (quinze por cento) do valor atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE:

10.1. Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, com base no disposto do artigo 5º do Decreto Federal nº 1.054 de 7 de fevereiro de 2004, utilizando-se as colunas e os índices próprios de reajustamento para cada caso, fornecidos pela Tabela de Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo, e de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left[\frac{Im - Io}{Io} \right] \times P$$

Onde:

R = valor de reajustamento procurado;

Im = índice relativo ao da data do adimplemento da obrigação;

Io = índice inicial – refere-se ao índice de custos ou preços correspondentes à data fixada para entrega da proposta da licitação; e

P = preço unitário contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÕES:

11.1. As medições serão realizadas mensalmente, ou em periodicidade menor, a critério do CONTRATANTE, com base no cronograma aprovado, contados a partir do início efetivo dos serviços, considerando os serviços efetivamente realizados e concluídos satisfatoriamente no período. Serviços concluídos satisfatoriamente são aqueles formalmente aprovados pela Fiscalização, dentro do prazo estipulado. Perdas, sobras, quebras de unidades, ineficiência de mão de obra e outros, deverão ser considerados na composição de custos unitários, não sendo, em hipótese alguma, considerados na medição.

11.2. Caso a obra seja prorrogada, as medições ocorrerão a cada período de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- 12.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta ou indiretamente ao objeto deste Contrato;
- 12.1.2. Realizar a execução do objeto nas condições, preços e prazos pactuados, nos termos deste Instrumento, do Edital da licitação com seus Anexos e sua proposta;
- 12.1.3. Fornecer todos os materiais para o serviço, conforme especificação da proposta, e entregá-lo devidamente acabado conforme disposto no Projeto Básico e em seus Anexos;
- 12.1.4. Reparar/corrigir/refazer as suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação do Gestor/Fiscal do Contrato, os serviços nos quais forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes do emprego de material inadequado ou a execução imprópria do serviço à vista dos projetos e especificações;
- 12.1.5. Providenciar, quando necessário e às suas custas, documentação e licenças para a execução dos serviços, taxas incidentes, matrícula específica para os serviços e o certificado de taxa de contribuição para acidentes de trabalho, junto aos órgãos competentes;
- 12.1.6. Anotar os serviços junto ao CREA/TO e/ou CAU, na forma da legislação pertinente;
- 12.1.7. Cumprir as legislações federais, estaduais e municipais, bem como seguir as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, diligenciando para que seus empregados e seus subcontratados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual;
- 12.1.8. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, eventuais inconsistências dos projetos em relação às normas técnicas e legislação vigente;
- 12.1.9. Manter no local pessoal especializado e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços, cumprindo fielmente as visitas do responsável técnico determinadas pelo gestor/fiscal, conforme determinado:
- 12.1.9.1. Encarregado de Obra - Com experiência apropriada para a obra em questão, devendo estar permanentemente no local de realização dos serviços;
- 12.1.9.2. Engenheiro Civil e/ou Arquiteto – Com a função de responsável técnico, para coordenar a equipe e assumir a direção, programação e o controle da reforma, devendo estar presente no mínimo 72 (setenta e duas) horas mensais, pelo menos três visitas semanais, durante execução da reforma.
- 12.1.10. Manter atualizada na obra a listagem de todos os trabalhadores, contendo nome, RG e função, inclusive eventuais funcionários de empresas subcontratadas. Essa lista será utilizada para a autorização de entrada dos trabalhadores na obra;
- 12.1.11. Reforçar a sua equipe de funcionários na reforma, se for constatada insuficiência da mesma, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto;
- 12.1.12. Fornecer e manter, no local da prestação do serviço, Diário de Obra, contendo os lançamentos e registros obrigatórios;
- 12.1.13. Fornecer todo o equipamento necessário, tais como ferramentas, maquinário e aparelhamento adequado à execução dos serviços;
- 12.1.14. Fornecer e instalar os Equipamentos de Proteção Coletiva que fizerem necessários no decorrer das diversas etapas da obra, de acordo com o previsto na NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho;
- 12.1.15. Fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas da reforma, conforme previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3114 do Ministério do Trabalho e fiscalizar a sua utilização pelos operários, bem como todos os cuidados sanitários preconizados em legislação vigente a respeito da prevenção da COVID-19.
- 12.1.16. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE;
- 12.1.17. Providenciar a remoção periodicamente de entulhos e detritos acumulados no local dos serviços durante toda a execução e até o final;

12.1.18. Arcar com todas as despesas decorrentes do Contrato, incluindo mão de obra, distribuição, seguros, tributos e demais encargos incidentes sobre os serviços contratados, bem como arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste Instrumento;

12.1.19. Assumir exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão de obra, aparelhos e equipamentos necessários para a boa e perfeita execução dos serviços contratados;

12.1.20. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao CONTRATANTE ou a terceiros;

12.1.21. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato;

12.1.22. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;

12.1.23. Prever utilização de bens e produtos recicláveis, reutilizáveis e biodegradáveis na realização da reforma.

12.1.24. Comprovar a origem da madeira a ser utilizada na obra;

12.1.25. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

12.1.26. Priorizar a contratação de mão de obra local, visando à imediata geração de emprego e renda nas localidades.

12.1.27. Manter durante toda a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas para a contratação, nos termos da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

13.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

13.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta ou indiretamente a esta contratação;

13.1.2. Expedir, por meio da Diretoria de Infraestrutura e Obras, a Ordem de Serviço após apresentação da garantia contratual, Art's e/ou RRT de execução dos profissionais responsáveis e CNO - Cadastro Nacional de Obras;

13.1.3. Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;

13.1.4. Dar conhecimento à CONTRATADA acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;

13.1.5. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;

13.1.6. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

13.1.7. Manifestar-se sobre cada uma das medições dos serviços executados pela CONTRATADA;

13.1.8. Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, após medição, os serviços prestados pela CONTRATADA;

13.1.9. Notificar a CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista no item anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste Contrato.

13.1.10. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a execução deste Contrato;

13.1.11. Processar e liquidar a fatura correspondente, por meio de Ordem Bancária, desde que não haja fato impeditivo imputado à CONTRATADA;

13.1.12. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, Edital de licitação e seus Anexos;

13.1.13. Zelar para que durante a vigência deste Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1. Nos termos do art. 87 da Lei nº. 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste Instrumento, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa da CONTRATADA, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

- a) Advertência, por escrito, quando a CONTRATADA deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;
- b) Multa compensatória/indenizatória no percentual de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor deste Contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.2. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor deste Contrato, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor.

14.3. O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido ao Fundo de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.

14.4. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pelo CONTRATANTE ou cobrada judicialmente.

14.5. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO:

15.1. Em conformidade com o art. 79 da Lei nº. 8.666/1993, a rescisão do presente Contrato poderá ser:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei 8.666/1993, e suas alterações, observado o disposto no art. 109, inciso I, letra “e” da mesma Lei;
- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração; ou
- c) Judicialmente, nos termos da Lei.

15.2. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993:

15.2.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão, com às consequências estabelecidas neste Instrumento e as previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

16.1. A gestão deste Contrato será exercida pelo Diretor de Infraestrutura e Obras do CONTRATANTE, ou por um servidor designado, sendo responsável em dirimir as dúvidas que surgirem na execução dos serviços e, de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

16.2. A fiscalização da obra será exercida exclusivamente pelos engenheiros e arquitetos da Diretoria de Infraestrutura e Obras do CONTRATANTE.

16.3. À Fiscalização fica assegurado o direito de:

16.3.1. Solicitar a imediata retirada da obra de engenheiros, arquitetos, mestres ou qualquer operário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;

16.3.2. Exigir o cumprimento de todos os itens destas especificações;

16.3.3. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada da obra;

16.3.4. A presença da fiscalização na obra não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA.

16.3.5. A CONTRATADA será obrigada a disponibilizar aos Fiscais do CONTRATANTE o acesso aos materiais e serviços em execução, facultando aos mesmos a inspeção de todas as dependências do canteiro onde se encontram estocados os materiais, equipamentos e documentação.

16.4. À fiscalização caberá, ainda:

16.4.1. Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no projeto básico;

16.4.2. Aprovar materiais equivalentes propostos pela CONTRATADA, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO:

17.1. O presente Contrato fica vinculado aos autos 21.0.000005986-0.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS:

18.1. O presente Instrumento, inclusive os casos omissos, regula-se pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, bem como pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

19.1. Não será permitida a subcontratação dos serviços sem a autorização expressa do CONTRATANTE.

19.2. Havendo autorização do CONTRATANTE para subcontratação, e obedecendo aos termos do art. 72 da Lei Federal nº 8.666/93, será observado os seguintes pontos:

19.2.1. Vedação à subcontratação total para a execução do objeto deste Contrato.

19.2.2. A empresa subcontratada deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por órgão público ou empresa privada, comprovando a execução dos serviços com as mesmas características técnicas e que houve fiel cumprimento das obrigações contratuais e certidão do CREA, se for o caso, ou comprovação de que a empresa a ser subcontratada executou serviço de característica semelhante ao objeto da subcontratação.

19.2.3. O limite admitido para subcontratação e de no máximo 25,00%. (vinte e cinco por cento)

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO PRAZO DA VIGÊNCIA:

20.1. O prazo de vigência deste Contrato será de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de serviço – OS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

21.1. O Contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas pela CONTRATADA.

21.2. A diferença percentual entre o valor global do Contrato e o obtido a partir dos custos unitários do SINAPI não poderá ser reduzida, em favor da CONTRATADA, em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

21.3. Ao longo da execução do Contrato, caso haja a necessidade de se firmar termo aditivo, os custos unitários dos itens acrescidos deverão seguir as seguintes orientações:

21.3.1. Para itens que já constem do Contrato, os custos corresponderão àqueles já contratados;

21.3.2. Para itens novos existentes no SINAPI, os custos corresponderão àqueles relativos aos das medianas constantes daquele sistema para a região, aplicando-se sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pela CONTRATADA em relação ao orçamento estimativo do processo licitatório;

21.3.3. Para os itens novos não constantes do SINAPI, deverá ser utilizado o menor custo obtido a partir da pesquisa de mercado realizada com, pelo menos, três fornecedores;

21.3.4. Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários ultrapassar os respectivos custos nos termos dos critérios ora definidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES:

22.1. É vedado à CONTRATADA:

22.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

22.1.2. Subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste Contrato, sem anuência do CONTRATANTE;

22.1.3. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

22.1.4. Conforme a Resolução n.º 07/2005 do CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

23.1. A publicação resumida do presente Contrato no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 de Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS:

24.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem realizar o tratamento de acordo com todas as bases legais e regulamentares de proteção de dados aplicáveis, sobretudo em observância aos direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural no que concerne ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

I - Por dados pessoais entendam-se todas as informações relacionadas à pessoa identificada ou identificável;

24.2. O tratamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA dar-se-á conforme as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, Portaria nº 1864, de 30 de julho de 2021, que institui a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, bem como das orientações e regulamentações pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD e outros eventuais diplomas legais aplicáveis.

I - Por tratamento, recorra-se ao Art. 5º, X, da LGPD, que assim define como sendo qualquer operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

24.3. A finalidade do tratamento de dados:

I - A finalidade do tratamento dos dados pessoais deve estar em conformidade com o objeto do contrato e fundamentado em uma das hipóteses legais, as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados e da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, princípios da Administração Pública e demais diplomas legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

24.4. Em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA que exija o consentimento do titular, o tratamento se dará apenas após prévia aprovação do CONTRATANTE, o qual poderá ficar responsável pela obtenção do consentimento perante o titular dos dados.

I - Responsabilizam-se as partes pela gestão dos dados pessoais necessários à realização das finalidades especificadas no item 24.3, vedado o seu compartilhamento ou utilização para outra finalidade de aqui não contemplada.

24.5. Os sistemas ou qualquer outro meio que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais em razão deste Contrato celebrado entre CONTRATANTE e CONTRATADA, devem estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas, a fim de garantir efetiva proteção a estes.

24.6. As medidas de segurança adotadas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA a fim de proteger os dados pessoais objeto de tratamento devem ser adequadas para evitar sua destruição, perda, alteração, divulgação, acesso não autorizado ou demais incidentes de segurança.

24.7. Os dados pessoais aos quais as partes do contrato tiverem acesso serão tratados em seus respectivos ambientes.

24.8. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais objeto de tratamento em razão deste Contrato celebrado entre CONTRATANTE e CONTRATADA, salvo hipóteses legais ou expressamente previstas no próprio termo.

24.9. Responderão rápida e adequadamente CONTRATANTE e CONTRATADA às solicitações de informação da contraparte relacionadas ao tratamento dos dados pessoais;

24.10. Em caso de incidente envolvendo dados pessoais, tais como perda, alteração, acesso não autorizado, destruição, entre outros, CONTRATANTE e CONTRATADA informarão ao gestor do contrato e ao preposto ou representante da CONTRATADA imediatamente à ciência da ocorrência do incidente.

24.11. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, CONTRATANTE e CONTRATADA interromperão o tratamento imediatamente, salvo expressa disposição em contrário, e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão completamente tais dados armazenados ou os entregarão ao CONTRATANTE, conforme o caso, ressalvada a necessidade de mantê-los para cumprimento de obrigação legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO CONSENTIMENTO:

25.1. Nas hipóteses em que o consentimento do titular dos dados pessoais seja necessário para o tratamento, a CONTRATADA poderá ficar responsável pela obtenção, conforme item 24.4.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

26.1. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO:

27.1. Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato fica eleito o Foro de Palmas - TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustados e contratados, firmam este Contrato, para que surta seus efeitos legais, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Teles de Menezes, Usuário Externo**, em 02/06/2022, às 13:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador João Rigo Guimarães, Presidente**, em 03/06/2022, às 19:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **4359650** e o código CRC **471F0473**.
